

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.460.997 - PR (2014/0144767-5)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL**  
**ADVOGADO : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL**  
**RECORRIDO : SERVIL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA**  
**RECORRIDO : VALMIR DIAS**  
**ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pela UNIÃO (FAZENDA NACIONAL), com respaldo na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 649, II, DO CPC. IMPENHORABILIDADE DOS BENS MÓVEIS. POSSIBILIDADE. Os bens que guarnecem a residência, usuais na vida moderna, estão abrangidos pela impenhorabilidade do art. 649, II, do CPC, e não se enquadram nas exceções à impenhorabilidade trazida pelo art. 2º da Lei nº 8009 de 1990.

Embargos de declaração rejeitados.

Em suas razões, a recorrente aponta violação dos arts. 535, II, do CPC/73 ao argumento de que o acórdão recorrido foi omissivo em relação a diversos dispositivos legais e, quanto ao mérito, sustenta contrariedade aos arts. 131, 591, 612 e 649, II, do CPC/73, art. 2 da Lei n. 8.009/1990 e art 10 da Lei n. 6.830/1980 ao fundamento de que:

Não é possível que "uma TV marca Samsung, tamanho com cerca de 40 polegadas" seja considerada bem de família considerando a média da sociedade brasileira. Por evidente que não se aplica a impenhorabilidade do art. 649, II do Código de Processo Civil, mas, antes, é possível a penhora, dado o constante do art. 2º, da Lei nº 8.009/90.

A decisão desconsiderou, ainda, prova constante dos autos no sentido de que a contraparte possui mais de um aparelho de TV em casa. Restou desrespeitado, pois, o constante do art. 131 do Código de Processo Civil.

Refira-se, ainda, que qualquer que seja o valor dos bens encontrados no estabelecimento da executada, merecem eles constrição judicial. Responde ela com todos os seus bens, a teor do constante do art. 591 do Código de Processo Civil e 10 da Lei nº 6.830/80. Não estão tais bens liberados por guardarem maior ou menor proporção em relação ao débito executado, ou por simplesmente estarem guardados dentro de casa.

No caso, o credor está fazendo o esforço que se coloca dentro dos limites do que lhe permitido para exercer o direito que lhe é assegurado pelo art. 612 do Código de Processo Civil. Cabe ao julgador, em contrapartida, adotar as medidas cabíveis para que se proceda à penhora dos bens do executado.

Sem contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade pelo Tribunal de origem.

Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre registrar que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2 - STJ).

Dito isso, cumpre observar que o apelo especial se origina de agravo de instrumento interposto pela Fazenda Nacional contra decisão que, em execução fiscal, indeferiu a penhora de bens móveis localizados na residência do executado.

O Tribunal *a quo* assim decidiu a controvérsia:

Ao analisar o pedido liminar, assim me manifestei:

'Segundo o art. 649, II, do CPC, são impenhoráveis 'os móveis, pertences e utilidades domésticas que guarneçam a residência do executado, salvo os de elevado valor ou que ultrapassem as necessidades comuns correspondentes a um médio padrão de vida'.

Também o art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 8.009/1990 prevê a impenhorabilidade dos bens móveis que guarneçam o bem de família, excetuando-se da proteção, na forma do caput do seu art. 2º, 'os veículos de transporte, obras de arte e adornos suntuosos'.

O Superior Tribunal de Justiça já teve a oportunidade de gizar que 'o favor compreende o que usualmente se mantém em uma residência e não apenas o indispensável para fazê-la habitável' (REsp 207.762/SP, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/03/2000, DJ 05/06/2000, p. 155).

No caso, o bem que objetiva a Fazenda Nacional penhorar é uma TV marca Samsung, tamanho com cerca de 40 polegadas.

Ocorre que tal bem pode ser considerado usual à vida moderna, estando abrangido pela impenhorabilidade do art. 649, II, do CPC, não se enquadrando na exceção à impenhorabilidade trazida pelo art. 2º da Lei do Bem de Família.

Ademais, considerando constituir finalidade da execução satisfazer o direito do credor (art. 646 do CPC), o princípio do resultado, os custos inerentes à penhora e alienação de bens na via judicial, além da análise de todo o procedimento pelo Poder Judiciário e o seu acompanhamento pela Procuradoria da Fazenda Nacional, inclusive na via recursal - como ora se trata -, tenho que não se justifica a penhora de tais bens.

Dessa forma, à míngua da relevância da fundamentação (art. 558 do CPC), indefiro o pedido liminar'.

Não vejo motivos para alterar tais fundamentos, razão pela qual os adoto como razões de decidir.

Ante o exposto, voto por negar provimento ao agravo de instrumento.

De início, verifica-se que é firme a orientação jurisprudencial desta Corte acerca da incidência da Súmula 284 do STF quando a parte recorrente limita-se a sustentar violação do art. 535, II, do CPC/1973 de forma genérica, sem especificar "em que consistiria a real ausência de pronunciamento e qual seria a

relevância da tese suscitada apta a promover a alteração do julgado" (AgRg no REsp 1.318.004/AM, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 02/04/2013). A esse respeito, confira-se ainda: EDcl no AREsp 310.038/PE, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/04/2016, DJe 20/04/2016; REsp 1408195/CE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/05/2015, DJe 01/06/2015, e AgRg nos EDcl no REsp 1345760/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/04/2015, DJe 16/04/2015.

*In casu*, a recorrente, no recurso extremo, descurou de explicitar os pontos em que o julgado recorrido incorreu em omissão, contradição ou obscuridade, limitando-se a apontar que a Corte de origem não tinha se manifestado sobre diversos dispositivos legais, o que atrai a incidência da referida súmula do STF.

Os arts. 131 e 612 do CPC/73, por sua vez, não foram objeto de prequestionamento pela Corte de origem, o que atrai o óbice da Súmula 211 do STJ.

A par disso, observa-se do excerto acima transcrito que o acórdão recorrido utilizou como razão de decidir: "Ademais, considerando constituir finalidade da execução satisfazer o direito do credor (art. 646 do CPC), o princípio do resultado, os custos inerentes à penhora e alienação de bens na via judicial, além da análise de todo o procedimento pelo Poder Judiciário e o seu acompanhamento pela Procuradoria da Fazenda Nacional, inclusive na via recursal - como ora se trata -, tenho que não se justifica a penhora de tais bens."

Ocorre que esse fundamento não foi impugnado nas razões do recurso especial. Tal circunstância atrai, no ponto, a incidência da Súmula 283 do STF, segundo o qual "é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles". A propósito:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO CPC. 1. A ausência de impugnação de fundamento central do acórdão recorrido, o qual é suficiente para mantê-lo, dá azo ao não conhecimento do recurso. Inteligência da Súmula 283 do STF. 2. Recurso que se mostra manifestamente inadmissível, a ensejar a aplicação da multa prevista no artigo 1.021, § 4º, do CPC, no percentual de 1% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º do citado artigo de lei. 3. Agravo interno não conhecido, com aplicação de multa. (AgInt no MS 22.589/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 05/10/2016, DJe 21/10/2016).

Por fim, alterar a conclusão do julgado de que o bem objeto da controvérsia ora discutida deve ser considerado usual à vida moderna, estando abrangido pela impenhorabilidade do art. 649, II, do CPC e não se enquadrando na exceção à impenhorabilidade trazida pelo art. 2º da Lei do Bem de Família, importaria em reexame fático-probatório, o que atrai o óbice da Súmula 7 do STJ.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do recurso especial (art. 255, § 4º, I, do RISTJ).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2020.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator